

Grupo de Estudos Direito, Comunicação e Poder Judiciário EJEF/TJMG

Responsável pelo preenchimento	Aline Damasceno Pereira de Sena e Jênifer Rosa de Oliveira
Região	Sudeste
Sistema de Justiça	Magistratura
Eixo temático	Modernização da gestão judiciária, Transparência pública, Proteção dos direitos fundamentais
Contribuição limitada a 4 mil caracteres	
A modernização do sistema de justiça não deve restringir-se à incorporação de novas tecnologias ou à racionalização de procedimentos. É igualmente necessário modernizar a forma pela qual o Judiciário se comunica com a sociedade. O desconhecimento sobre a estrutura, as atribuições e os serviços da Justiça contribui para o distanciamento institucional e pode comprometer sua legitimidade democrática. Nesse contexto, o Programa Conhecendo o Judiciário, desenvolvido pelo TJMG há 25 anos, constitui experiência institucional de grande relevância. A iniciativa utiliza visitas orientadas, participação de magistrados, atividades escolares e ações voltadas a diferentes públicos para explicar, de maneira simples e objetiva, o funcionamento da Justiça. Mais de 150 mil pessoas já participaram das atividades, e pesquisa realizada em 2023 revelou forte percepção de seu valor educativo e de aproximação entre Judiciário e comunidade. Propõe-se a transformação de experiências dessa natureza em uma Política Nacional de Educação e Comunicação para a Justiça, com: a) criação de programas permanentes de aproximação dos tribunais com escolas, universidades, organizações sociais e comunidades; b) produção de conteúdos sobre direitos, serviços judiciais, conciliação, cidadania e funcionamento do sistema de justiça em linguagem simples, acessível e multimídia; c) utilização de plataformas digitais, vídeos, podcasts, recursos interativos e inteligência artificial para ampliar o alcance das ações presenciais; d) estímulo à participação de magistrados e servidores em atividades educativas, preservadas as garantias de independência, imparcialidade e impessoalidade; e) estabelecimento de indicadores nacionais para aferir conhecimento da população, satisfação, alcance das ações e impacto na confiança institucional; f) criação de mecanismos específicos para públicos vulneráveis, inclusive idosos, pessoas com deficiência e pessoas submetidas à exclusão digital. A proposta encontra respaldo na experiência do TJMG e nas próprias diretrizes nacionais de comunicação pública e linguagem simples. A comunicação deve constituir política de toda a instituição, e não atividade restrita aos setores especializados. Trata-se de modernização de baixo impacto fiscal, baseada principalmente na integração de iniciativas existentes, na capacitação e no compartilhamento de boas práticas. Mais do que comunicar decisões, propõe-se que o Judiciário eduque, dialogue e explique, fortalecendo cidadania, acesso à justiça e legitimidade democrática. Referências: https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2024/11/8-programa-conhecendo-o-judiciario-25-anos-de-uma-exitosa-estrategia-de-comunicacao-do-tjmg.pdf	
Sem anexo	